

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
APELAÇÃO CRIMINAL nº 0005402-11.2020.8.10.0001 Apelante: MINISTÉRIO
PÚBLICO ESTADUAL Promotora de Justiça: ILANA LAENDER Apelado: AURISFRAN
ALMEIDA SANTOS Advogado: ADRIANO WAGNER ARAÚJO CUNHA – OAB/MA 9345-A
Relator: Desembargador GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR Revisora:
Desembargadora SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO APELAÇÃO CRIMINAL.
TRÁFICO PRIVILEGIADO. CAUSA ESPECIAL DE REDUÇÃO DE PENA. AÇÕES PENAIS EM
CURSO, QUANTIDADE E NATUREZA DA DROGA. AFASTAMENTO DA MINORANTE CONSTANTE
NO ART. 33, § 4º, DA LEI 11.343/06. PRECEDENTE DO STJ. RETIFICAÇÃO DA
DOSIMETRIA. DETRAÇÃO. MODIFICAÇÃO DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO.
SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS.
MAUS ANTECEDENTES. CONFIGURAÇÃO. TEMA 150 DO STF. ART. 44, III, DO CÓDIGO
PENAL. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO. RECURSO PROVIDO. I. A natureza e a
quantidade das drogas apreendidas podem ser utilizadas, supletivamente, na
terceira fase da dosimetria da pena, para afastamento da diminuição de
pena do § 4º do art. 33 da Lei n 11.343/2016, apenas quando esse vetor for
conjugado com outras circunstâncias do caso concreto que, unidas,
caracterizem a dedicação do agente à atividade criminosa ou a integração a
organização criminosa (AgRg no HC n. 720.589/SP, relator Ministro João
Otávio de Noronha, Quinta Turma, julgado em 21/6/2022, DJe de 24/6/2022.).
II. A natureza e quantidade da droga apreendida, aliada à circunstância do
acusado ter contra si condenação com trânsito em julgado é justificativa
idônea ao afastamento da causa de diminuição referente ao tráfico
privilegiado. III. O art. 387, § 2º, do CPP determina que o cômputo da
detração deve ser realizado na sentença condenatória, mormente quando esse
cálculo modifica o regimento inicial de cumprimento de pena. IV.
Ultrapassado período superior a 05 (cinco), as condenações em desfavor do
réu podem ser utilizadas para fins de caracterização de maus antecedentes
(Tema 150 do STF). V. Conquanto aplicada sanção privativa de liberdade em
quantitativo inferior a quatro anos de reclusão, não se há falar em
substituição da reprimenda privativa de liberdade por restritiva de
direitos a réu que possui maus antecedentes. VI. Apelação criminal
conhecida e provida. São Luís/MA, data do sistema. Des. GERVÁSIO Protásio
dos SANTOS Júnior Relator (ApCrim 0005402-11.2020.8.10.0001, Rel.
Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS SANTOS JUNIOR, PRESIDÊNCIA, DJe
06/09/2022)